Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. JERSON DOMINGOS

DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 10742/2018

PROCESSO TC/MS	: TC/11475/2014
PROTOCOLO	: 1499711
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ORDENADOR (A)	: SILAS JOSE DA SILVA E OUTROS
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO Nº 069/2014
RELATOR (A)	: JERSON DOMINGOS
CONTRATADO (A)	: TRANSPORTE IRMÃOS J. A. LTDA. ME
PROCEDIMENTO	: PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2014
OBJETO	: TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DA ZONA RURAL DA REDE PUBLICA DE ENSINO BEM COMO O FORNECIMENTO DA MÃO DE OBRA NECESSÁRIA À EXECUÇÃO - MOTORISTAS, DE ACORDO COM AS DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, TRAJETOS, HORÁRIOS, PERÍODO E QUILOMETRAGEM.
VALOR INICIAL	: R$ 121.836,79 (CENTO E VINTE E UM MIL, OITOCENTOS E TRINTA E SEIS REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS)

Em análise o Contrato nº 069/2014, oriundo do Pregão Presencial nº 017/2014 e a respectiva execução financeira, tendo como partes o Município de Água Clara e a empresa Transporte Irmãos J. A. Ltda. ME para o serviço de transporte escolar dos alunos da zona rural da rede publica de ensino bem como o fornecimento da mão de obra necessária à execução - motoristas, de acordo com as disposições constantes no instrumento convocatório, trajetos, horários, período e quilometragem.

A 3ª Inspetoria de Controle Externo, através da Análise ANA-3ICE-53357/2017 (fls. 147 - 153), manifestou-se pela regularidade da formalização do Contrato nº 069/2014 e da execução financeira, com ressalva quanto ao descumprimento de prazo na remessa de documentos a esta Corte de Contas.

O Ministério Público de Contas, através do parecer PAR-2ªPRC-6120/2018 (fl. 154), manifestou-se pela regularidade da formalização do instrumento

contratual e da execução financeira contratual.

É o relatório.

DECISÃO

Da análise dos autos, no que se refere ao procedimento licitatório Pregão Presencial nº 017/2014, o mesmo já foi julgado por esta Corte de Contas através da Decisão Singular nº 2512/2017 (proc. TC/MS nº 7819/2014) pela regularidade.

O Contrato nº 069/2014 encontra-se de acordo com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como na Instrução Normativa TC/MS nº 035/2011, em consonância com as exigências do procedimento licitatório.

A síntese financeira do instrumento, demonstrada na planilha apresentada pelo Corpo Técnico da 3º Inspetoria de Controle Externo, assim resultou:

Notas de Empenho	R$ 124.082,47
Notas Fiscais	R$ 124.082,47
Notas de Pagamentos	R$ 124.082,47

Assim, a despesa restou devidamente comprovada, de acordo com as normas de finanças públicas prescritas na Lei Federal nº 4.320/64[1] e com as determinações contidas na legislação regente[2], no entanto, a remessa dos documentos a esta Corte de Contas foi intempestiva, recomendando-se ao administrador maior atenção quanto aos prazos no envio de documentos a este

[1] Lei que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, de acordo com o disposto no art. 5, XV, b, da Constituição Federal.
[2] Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, Lei Federal nº 4.320/6 e Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013.

tribunal.

Ante o exposto, de acordo com a análise da 3ª Inspetoria de Controle Externo e o parecer do Ministério Público de Contas **DECIDO**:

I – Pela **REGULARIDADE** da formalização do Contrato nº 069/2014, celebrado entre o Município de Água Clara e a empresa Transporte Irmãos J. A. Ltda. ME, nos termos do art. 120, II da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

II – pela **REGULARIDADE** da execução financeira da contratação em análise, nos termos do art. 59, II, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 c/c. o art. 120, III da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

III – pela aplicação de **MULTA** equivalente a 30 (trinta) UFERMS ao Sr. Silas José da Silva, responsável à época, portador do CPF nº 044.977.578-03, nos termos do art. 44, I e 46 da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, por infração à prescrição legal e regulamentar;

IV – pela concessão do **PRAZO** de 60 (sessenta) dias para que o responsável supracitado recolha o valor referente à multa acima disposta junto ao FUNTC, nos termos do art. 83[3] da Lei Complementar Estadual nº 160/2012;

V - pela **COMUNICAÇÃO** do resultado do julgamento aos interessados, nos termos do art. 50[4] da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70,

[3] Art. 83. O valor da multa aplicada pelo Tribunal deve ser recolhido ao Fundo Especial de Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas (FUNTC), por meio de guia ou instrumento apropriado.

[4] Art. 50. As intimações dos atos processuais e demais comunicações do Tribunal podem ser realizadas dos seguintes modos ou formas:
I - pelo Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (DOTCE/MS);
II - por correspondência física ou eletrônica, com a prova do recebimento;
III - em portal eletrônico do Tribunal de Contas;
IV - pela autoridade competente, provada com a assinatura do jurisdicionado, seu mandatário ou preposto, ou, no caso de recusa ou de impossibilidade para assinar, com a declaração escrita daquela autoridade.
Parágrafo único. A intimação por edital deve ser realizada na forma estabelecida nas disposições do inciso I, conforme a disciplina do regulamento.

§2º[5], do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013.

Campo Grande/MS, 07 de novembro de 2018.

Jerson Domingos

Conselheiro Relator

SMSC

[5] Art. 70. Decisão Singular é o instrumento de formalização do ato de Conselheiro, no exercício do Juízo Singular (arts. 9º e 10º), inclusive no caso de apreciação da legalidade de ato de pessoal para o fim de registro.
(...)
§2º Apreciada ou decidida singularmente a matéria do processo, os autos serão remetidos ao Cartório para a publicação do ato e as demais providências cabíveis.